

Sexualidade na Base Nacional Comum Curricular: uma breve análise

Sexuality at Basic National Common Curricular: a brief review

Bruna Athaide Buczynski Patti

Universidade do Estado do Rio de Janeiro- FFP

brunarr22@hotmail.com

Francine Lopes Pinhão

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-FFP

francinepinhao@gmail.com

Emanoel Carlos Daflon da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-FFP

emanoelsoc@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a abordagem do tema sexualidade presente na BNCC para o ensino fundamental na disciplina de ciências. O referido justifica-se pela natureza social do tema, do aumento de debates na sociedade e histórica relação com os conteúdos das disciplinas escolares ciências e biologia. Para fins de análise, a metodologia escolhida foi Análise de Conteúdo, por meio de categorias a priori extraídas da literatura da área. Como resultado foram localizadas duas abordagens: emancipatória individual (16 ocorrências) e biológica (9 ocorrências). A primeira traz elementos que indicam olhar progressista, no entanto se limita à formação individual, já a segunda foca apenas no conteúdo biológico. Consideramos os resultados como relacionados com o avanço do conservadorismo e do empresariado nas decisões sobre políticas educacionais.

Palavras chave: bncc, ciências na BNCC, ensino, ensino de ciências, sexualidade na bncc

Abstract

This article aims to analyze the approach to the theme sexuality present at the BNCC for elementary school in the discipline of science. This is justified by the social nature of the theme, the increase of debates in society and historical relation with the contents of the school subjects sciences and biology. For analysis purposes, the methodology was Content analysis, by means of a priori categories extracted from the literature of the area. As a result, two approaches were found: emancipatory (16 occurrences) and biological (9 occurrences). The first brings elements that indicate a progressive look, however, it is limited to individual formation, while the second focuses only on biological content. We consider the results to be related to the advance of conservatism and entrepreneurship in educational policy decisions.

Key words: bncc, sexuality in bncc , science in bncc, , science teaching, teaching

Contexto e Problematização

O tema sexualidade na escola sempre foi atravessado por disputas de poder. Assim como qualquer outro assunto que está presente no currículo escolar, irá refletir o contexto histórico em que está inserido (SILVEIRA, 2010). O assunto encontra afinidade com as disciplinas escolares de ciências e biologia devido a presença de conteúdos, como: corpo humano, sistema genital, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros, os quais tratam de aspectos biológicos importantes para as discussões sobre sexualidade. No entanto, há décadas a comunidade de pesquisa em ensino de ciências sinaliza para a necessidade de repensarmos essa temática a partir de fatores que não sejam exclusivamente biológicos, pois o corpo humano é um híbrido cultural e biológico (SANTOS, 1997). Nesta perspectiva mais complexa, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1996) apresentam o assunto como transversal a todas as disciplinas. Esta transversalidade, mesmo que falaciosa por estar inserida em um currículo disciplinar, contendo pouco espaço para o diálogo (MACEDO, 1998), representou um avanço em relação à presença do tema no currículo.

Atualmente, a despeito do avanço estruturado tanto nas pesquisas acadêmicas de diversos campos quanto pelos documentos curriculares oficiais, alguns discursos conservadores emergem e visam desqualificar a importância desse debate para a formação das crianças e jovens e retirar o dever da escola de promover o direito de acesso à educação sexual.

Na contramão dos PCN, que se constituíam numa orientação para elaboração dos currículos, em 2018 fica pronta a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do ensino fundamental que possui caráter de lei. A versão do Ensino Médio foi homologada em dezembro de 2018 e consta no site do Ministério da Educação que entra em vigor a partir da publicação. Segundo o Ministério da Educação (2018), a BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de maneira que todos tenham direito de aprender e se desenvolver, conforme está no Plano Nacional de Educação (PNE). Esse documento aplica-se, exclusivamente, à educação escolar e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam a formação humana integral, a fim de construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). Ou seja, é um documento que define o que deve ser ensinado nas escolas.

É indispensável empreender um esforço para contextualizar historicamente a BNCC. A base foi anunciada em 2014, mas já vinha sendo formulada em debates fomentados em anos anteriores pela Fundação Lemann. A existência de atores do setor privado no debate sobre educação indica a inclusão de um olhar eficientista e de mercado para o campo (MACEDO, 2014).

Dessa forma, é necessário conhecer o modo como esse assunto de enorme relevância está inserido nos currículos oficiais nacionais atualmente. Portanto, este artigo possui como objetivo analisar a abordagem do tema sexualidade presente na BNCC para o ensino fundamental na disciplina de ciências.

Sexualidade na escola brasileira

O ensino de sexualidade teve início com as campanhas higienistas na educação que datam do final do século XIX. Elas partiam do pressuposto de que era fundamental educar a população para que adquirissem hábitos saudáveis e através dessa aquisição, promover a saúde, evitando doenças. Essa concepção é carregada de preconceito oriundo das elites para com as populações mais pobres. Acreditava-se que apenas com o

fornecimento de informações os alunos teriam comportamentos mais saudáveis (SUCUPIRA; MENDES, 2013).

Na década de 30 do século passado aumentaram os casos de doenças sexualmente transmissíveis e essa foi uma das razões para se abordar o tema sexualidade nas salas de aula. A escola, a partir desse momento, passou a ter papel de destaque no disciplinamento dos corpos, assegurando um comportamento sexual dentro do que era considerado normal (FERNANDES; OLIVEIRA, 2012). Durante o período da ditadura militar no Brasil, várias tentativas de implementação do ensino de sexualidade foram reprimidas (AQUINO; MARTELLI, 2012).

Somente no ano de 1996 a temática sexualidade foi oficialmente inserida como tema transversal nos currículos através dos PCN, documento que possuía como principal objetivo tornar-se uma referência para a elaboração do currículo nacional. Os temas transversais são temáticas urgentes da vida social que devem ser trabalhados ao longo de toda a escolarização e por todas as disciplinas (BRASIL, 1998).

Furlani (2016) organiza a educação sexual contemporânea brasileira, a partir de oito diferentes abordagens, a saber: biológico-higienista; moral tradicionalista; terapêutica; religioso-radical; direitos humanos; direitos sexuais; emancipatória e queer. Estas podem ser divididas em dois grandes blocos: as quatro primeiras abordagens possuem um caráter mais tradicionalista e conservador, enquanto que as quatro últimas são dotadas de reconhecimento da pluralidade existente entre os seres humanos, de caráter mais progressista. Abaixo, apresento um quadro síntese que servirá de suporte para as análises aqui descritas. Cabe esclarecer que a categoria “emancipatória”, utilizada pela autora Jimena Furlani, foi adaptada no contexto deste trabalho para “emancipatória individual”, uma vez que, o mesmo se refere à uma emancipação do ponto de vista exclusivamente do indivíduo:

Caráter	Abordagem	Sentido geral de sexualidade
Tradicional/Conservadora	Biológico-higienista	Ênfase na biologia essencialista e foco no determinismo biológico
	Moral-tradicionalista	Defende que a família seja responsável pela educação sexual dos filhos
	Terapêutica	Busca curar as pessoas de vivências sexuais consideradas “anormais”
	Religiosa-radical	Dotada de fundamentalismo religioso

Progressista	Direitos humanos	Busca reforçar a identidade de sujeitos marginalizados em nossa sociedade, a fim de construir uma sociedade mais igualitária
	Direitos sexuais	Baseada na Declaração dos Direitos Sexuais
	Emancipatória individual	Defende a ideia de fornecimento de informações às pessoas a fim de resultar na liberdade de escolha individual dos sujeitos
	Queer	Tece críticas à heteronormatividade.

Quadro 1 – abordagens de educação sexual baseada em Furlani (2016)

Metodologia

Este trabalho adota como referência metodológica os pressupostos da análise de conteúdo apresentados por Gomes (1994). A análise no nível manifesto, representacional, implica na decomposição do conjunto da mensagem para a construção de unidades de registro (UR). Neste trabalho, a UR é a palavra. A construção de um conjunto de palavras-chave se deu a partir de dois processos: revisão de literatura sobre o tema “educação sexual” e a leitura flutuante do documento, ambos com a finalidade de identificar palavras relacionadas ao objetivo desta pesquisa. A partir desses processos chegamos ao seguinte conjunto de palavras-chave: sexo biológico, sexo, gênero, sexualidade, identidade, identidade de gênero, DST, sistema reprodutor, sistema genital, reprodução, processos reprodutivos, gravidez, puberdade. Digitamos as palavras-chave na ferramenta de busca no documento da BNCC, versão para navegação, e verificamos o número e o contexto das ocorrências. A escolha por essa versão se justifica pelo fato de conter os campos “comentários” e “possibilidades de trabalho”, os quais são ausentes no material para impressão. A unidade de contexto do nosso trabalho é a Abordagem de sexualidade presente na BNCC, que se insere no grande tema Ensino de Sexualidade. Já na análise do nível não manifesto, mais subjetiva, busca-se uma compreensão mais profunda das UA (unidade de registro + Unidade de contexto) em diálogo com o campo de pesquisa.

Após a seleção das UR foi realizada a leitura de cada trecho selecionado com a finalidade de identificar semelhanças com as diferentes abordagens de educação sexual adaptadas do trabalho de Furlani (2016), ver quadro 1.

Resultados

A partir dos procedimentos apresentados acima identificamos que o tema sexualidade encontra-se no 8º ano do ensino fundamental II, na unidade temática “vida e evolução” e no objeto de conhecimento “Mecanismos Reprodutivos e Sexualidade,” e no 9º. ano na unidade temática “vida e evolução”, no objeto de conhecimento “Hereditariedade, Ideias Evolucionistas e Preservação da Biodiversidade”. Todas as informações abaixo foram retiradas dos documentos da BNCC disponibilizados no site oficial do Ministério da Educação.

O quadro 2, localizado abaixo, apresenta a frequência dos termos-chave identificados por meio da busca eletrônica no documento.

UR	Frequência	Localização no documento	Abordagem
Sexo biológico	0		
Sexo	0		
Gênero	0		
Sexualidade	8	Oitavo ano na Unidade Temática Vida e Evolução, no objeto de conhecimento Mecanismos reprodutivos e sexualidade	Emancipatória individual
		Idem	Emancipatória individual
		Idem	Emancipatória individual
		Idem	Emancipatória individual
		Idem	Emancipatória individual
		Idem	Emancipatória individual
		Idem	Emancipatória individual
		Idem	Emancipatória individual
Identidade	2	Oitavo ano na Unidade Temática Vida e Evolução, no objeto de conhecimento Mecanismos reprodutivos e sexualidade	Emancipatória individual
		Idem	Emancipatória individual
Identidade de gênero	0	Não se aplica	
DST	6	Oitavo ano na Unidade Temática Vida e Evolução,	Biológico/higienista

		no objeto de conhecimento Mecanismos reprodutivos e sexualidade	
		Idem	Biológico/higienista
		Idem	Emancipatória individual
		Idem	Biológico/higienista
		Idem	Emancipatória individual
		Idem	Emancipatória individual
Sistema genital	0		
Sistema reprodutor	0		
Reprodução	3	Oitavo ano na Unidade Temática Vida e Evolução, no objeto de conhecimento Mecanismos reprodutivos e sexualidade	Biológico/ higienista
		Idem	Biológico/higienista
		Nono ano na Unidade Temática Vida e Evolução, no objeto de conhecimento Hereditariedade, Ideias Evolucionistas e Preservação da biodiversidade	Biológico/ higienista
Processos reprodutivos	1	Oitavo ano na Unidade temática Vida e evolução, no objeto de conhecimento Mecanismos Reprodutivos e Sexualidade	Biológico/ higienista
Puberdade	3	Idem	Biológico/ higienista
		Idem	Biológico/higienista
		Idem	Emancipatória individual
Gravidez	2	Idem	Emancipatória individual
		Idem	Emancipatória individual

Quadro 2: frequência para cada palavra-chave

Os resultados são apresentados a partir de trechos onde foram identificadas as UR, os quais foram agrupados nas categorias previamente definidas (FURLANI, 2016) de

acordo com sentidos que as palavras presentes no texto podem expressar. Consideramos a ausência de termos como um resultado, uma vez que a não inclusão constrói sentidos para o tema e indica escolhas.

Abordagens de educação sexual identificadas a partir das unidades de análise

Abordagem Biológico-higienista

Foram localizadas 9 UA com características estritamente biológicas e sem articulação com outras áreas disciplinares. Abaixo, dois exemplos ilustram as UA presentes nesta categoria:

“Identificar, nesta habilidade, compreende reconhecer e descrever os **sintomas** das Infecções Sexualmente Transmissíveis, como Gonorreia, Sífilis, HPV, Aids e Herpes. Além disso, espera-se que o aluno entenda os mecanismos de transmissão, selecionando métodos de prevenção mais adequados às diferentes **DST.**” (material suplementar de ciências, pg 1)

“Analisar a explicar as transformações que ocorrem na **puberdade** considerando a atuação dos **hormônios sexuais e do sistema nervoso.**” (pg 1)

Abordagem Emancipatória individual

Foram localizadas 16 unidades de análise com características que visam à emancipação do ponto de vista individual. Podemos verificar a partir dos exemplos retirados do documento:

“Selecionar argumentos que evidenciem as **múltiplas dimensões da sexualidade humana** (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (material suplementar de ciências, pg 1)

“[...]a **construção da identidade social e cultural**, a afetividade e a compreensão dos aspectos culturais envolvidos na sexualidade humana.”(material suplementar de ciências, pg 1).

As UA identificadas com esta abordagem nos remetem à emancipação do ponto de vista da tomada de decisão individual. Essa habilidade não pode ser considerada biológico-higienista, por não dar ênfase especificamente a aspectos de natureza biológica apenas. Compreendemos que a emancipação somente se dá a partir do tratamento que extrapole a tomada de decisão individual. Esta impossibilidade se agrava pela ausência das palavras gênero, identidade de gênero, orientação sexual, papel de gênero, entre

outras, que se constituem em conceitos tão importantes para a abordagem plural de sexualidade.

Conclusão

Há dois tipos de abordagem sobre o assunto sexualidade na BNCC: biológico/higienista e a emancipatória. A predominante é a emancipatória, que visa fornecer informações aos alunos para poderem tomar suas decisões, baseadas nas escolhas individuais, minimizando o coletivo. Apesar de ser uma abordagem progressista, estão ausentes vários termos importantes para o ensino de sexualidade, como identidade de gênero, indo contra o que vem sendo pesquisado na área. Isso era esperado, visto que a BNCC foi produzida no contexto do governo Temer, que tem como pressupostos o neoliberalismo (FERRETI; SILVA, 2017) com o fornecimento de informações para a liberdade de escolhas individuais, justamente o que preconiza esse tipo de abordagem. A grande quantidade de abordagens de caráter biológico/higienista com foco no determinismo biológico pode acabar contribuindo para gerar um currículo limitado e reducionista (FURLANI, 2016).

De modo geral tanto as presenças quanto as ausências nos remetem ao cenário atual marcado pelo aumento do conservadorismo, que se caracteriza pelo reacionarismo, intolerância, fascismo e fundamentalismo em relação à abordagem das questões de gênero e sexualidade nas escolas. Um exemplo deste fenômeno é o movimento “Escola sem Partido”, que desde 2004 objetiva impedir a suposta doutrinação ideológica realizada por professores nos estabelecimentos de ensino e visa, por meio do projeto de lei do Senado nº 193/2016- Programa Escola Sem Partido, apresentado pelo senador Magno Malta, vedar a “ideologia de gênero”. Apesar da tramitação estar encerrada no Senado por ser considerado inconstitucional, avançam vários projetos similares a nível municipal e estadual (REIS, 2016). Estes exercem pressão sobre os currículos e criam estratégias que controlam o uso de palavras como, por exemplo, gênero. É sintomático a ausência desse referido termo e tudo que ele engloba, pois para construir uma educação sexual mais igualitária, é imperativo que abordagens de sexualidade do bloco progressista, proposto por Furlani (2016), estejam presentes. Essas ausências indicam pouco diálogo com abordagens de educação sexual mais progressistas.

Este artigo não possui a pretensão de esgotar a discussão sobre sexualidade na BNCC, mas apenas se constituir como mais um elemento na discussão desse tema tão urgente em nossa sociedade.

Referências

- AQUINO, C.; MARTELLI, A.C. Escola e educação sexual: uma relação necessária. IX ANPED SUL, 2012. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1105/800>
- BRASIL.MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- BRASIL.MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>> Acesso em: 16/06/2017
- FERNANDES, Priscila Dantes; OLIVEIRA, Karine S. de. Movimento Higienista e o atendimento à criança. Simpósio Regional Vozes Alternativas. 2012. Disponível em: <<https://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/priscila-movimento-higienista-e-o-atendimento-c3a0-crianc3a7a.pdf>>
- FERRETI, Celso; SILVA, Monica. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória No 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia, 2017.
- FURLANI, Jimena. Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016
- GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade; Org.; Minayo, Maria Cecília de Souza; Petrópolis, RJ; Vozes, 1994.
- MACEDO, Elisabeth Fernandes de. Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia dos seus temas transversais. Revista de Educação AEC, Brasília, v. 27, n. 108, jul./set. 1998.
- MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum Curricular: novas formas de sociabilidade produzindo sentido para educação. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014
- SANTOS, L. H. S. Incorporando outras representações culturais de corpo na sala de aula. In: OLIVEIRA, D. L. (Org.). Ciências nas salas de aula. Porto Alegre: Mediação, 1997
- SILVEIRA, Viviane Teixeira. Diretrizes Curriculares de Gênero e diversidade sexual da Secretaria de Estado do Paraná. 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf>.
- SUCUPIRA, Ana Cecília; MENDES, Rosilda. Promoção da Saúde: conceitos e definições. SANARE- Revista de Políticas Públicas- Ano IV, N. 1, JAN/FEV/MAR, 2003.

REIS, Toni. Gênero e LGBTfobia na educação. In: A ideologia do Movimento Escola Sem partido. 2016